

**CULTURAS ALIMENTARES NO TERRITÓRIO DE
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, RJ¹**

**FOOD CULTURE IN THE TERRITORY OF ARMAÇÃO
DOS BÚZIOS, RJ**

**CULTURAS ALIMENTARIAS EN EL TERRITORIO DE
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, RJ**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i3.p. 166-184

Gustavo da Cunha Guterman

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF)
– Campos dos Goytacazes
Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – NERU
E-mail: gustavoguterman@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-6129-1356>

Erika Vanessa Moreira Santos

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense
(UFF) – Campos dos Goytacazes
Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – NERU
E-mail: erikamoreira@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-8918-0068>

RESUMO:

No presente artigo o objetivo principal é analisar a produção e culturas alimentares no município de Armação dos Búzios, estado do Rio de Janeiro, desde a presença das primeiras sociedades até a formação dos primeiros quilombos no início do século XIX. Para tanto, foram realizados levantamento de fontes históricas, análises de documentos normativos e bibliográficos, iconografia e sistematização dos materiais levantados. Com a pesquisa constatamos que, ao longo da história local, houve um apagamento sistêmico de fatos da memória e da cultura da população originária e tradicional do território, que ocasionou também a invisibilização de sua cultura alimentar. A partir das ferramentas de investigação supracitada, foi possível apresentar fragmentos desta cultura, levando em consideração o uso da terra e análise das produções alimentares, ao longo do referido recorte temporal.

Palavras-chave: Comida de Território. Armação dos Búzios. Cultura Alimentar. Gastronomia.

ABSTRACT:

In this article the main objective is to analyze the production and food cultures in the municipality of Armação dos Búzios, state of Rio de Janeiro, from the presence of the first societies to the formation of the first quilombos in the early nineteenth century. For this purpose, a survey of historical sources, analysis of normative and bibliographic documents, iconography and systematization of the materials collected were carried out. With the research we found that, throughout the local history, there was a systemic erasure of facts from the memory and culture of the original and traditional population of the territory, which also caused the invisibility of their food culture. From the research tools mentioned above, it was possible to present fragments of this culture, taking into account the use of land and analysis of food production, throughout the time frame.

Keywords: Territory Food. Armação dos Búzios. Food Culture. Gastronomy.

¹ Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada “Cultura Alimentar de Armação dos Búzios, RJ”, defendida em dezembro de 2022, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Campos dos Goytacazes.



RESUMEN:

En el presente artículo el objetivo principal es analizar la producción y cultivos alimentarios en el municipio de Armação dos Búzios, estado de Río de Janeiro, desde la presencia de las primeras sociedades hasta la formación de los primeros quilombos a principios del siglo XIX. Para ello, se realizaron estudios de fuentes históricas, análisis de documentos normativos y bibliográficos, iconografía y sistematización de los materiales levantados. Con la investigación constatamos que, a lo largo de la historia local, hubo un borrado sistémico de hechos de la memoria y de la cultura de la población originaria y tradicional del territorio, que ocasionó también la invisibilización de su cultura alimentaria. A partir de las herramientas de investigación antes mencionadas, fue posible presentar fragmentos de este cultivo, teniendo en cuenta el uso de la tierra y el análisis de las producciones alimentarias, a lo largo de dicho recorte temporal.

Palabras-clave: Comida de território. Armação dos Búzios. Cultura alimentaria. Gastronomía.

1 INTRODUÇÃO

A formação do território de Búzios envolveu uma narrativa de apagamento da cultura alimentar local, baseando-se em uma agenda de exploração elitista e excludente pelos agentes hegemônicos. Todavia, os agentes subalternizados promoveram (e ainda promovem) ações de resistência a este “regime” de exploração, demonstrando que as ações hegemônicas nunca foram consensuais e sim imposições que resultaram (e resultam) em constantes lutas para interromper visões coloniais. Nesse sentido, temos como objetivo analisar ao longo do contexto histórico as culturas alimentares do território de Búzios.

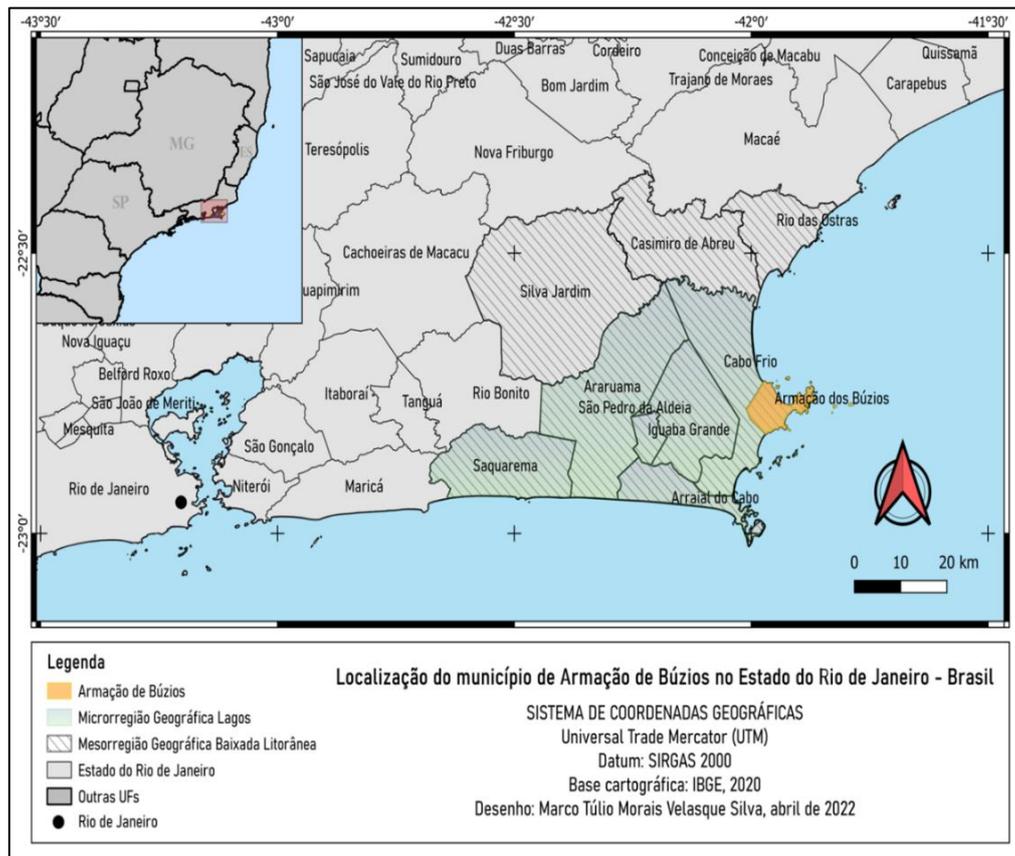
Para o desenvolvimento do artigo utilizamos materiais bibliográficos sobre o território, cultura alimentar e gastronomia, além de um amplo e intenso levantamento de fontes históricas e normativas sobre a região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Tais fontes foram baseadas em acervos jornalísticos (acervo digital O Globo, blogs e mídias locais digitais), relatos orais (coordenador da Agricultura Familiar de Búzios, um cozinheiro, um funcionário público e feirantes-agricultores) e levantamento de materiais junto à Secretaria Municipal de Turismo de Búzios. Após a sistematização, todos os materiais foram analisados à luz da importância da cultura alimentar como forma de resistência frente aos projetos hegemônicos voltados ao turismo e ao setor imobiliário na região.

O recorte espacial abarca o município de Armação dos Búzios, situado na Região dos Lagos, na porção sudeste do Estado do Rio de Janeiro (Imagem 1). O município está inserido na região conhecida por Baixada Litorânea, composta pelos municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. Localizado a 160 km da capital do estado, com uma população estimada em 40.006 habitantes² no ano de 2022. A área total ocupada é de 70,977 km² (somando a área peninsular e continental) e estabelece limites político-administrativos com o município de Cabo Frio e com o Oceano Atlântico (IBGE, 2021).

² Censo Demográfico 2022.



Imagem 1: Localização da área estudada



2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO, A QUESTÃO DA ALIMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Segundo Cunha e Chaves (2002), o nome Ponta dos Búzios aparece pela primeira vez nos desenhos do cosmógrafo português Luís Teixeira, por volta de 1575, em que o termo “ponta” faria referência justamente à porção de terra que avança ao mar (península). O termo búzios fazia referência “às abundantes conchas vazias de moluscos, encontras na enseada portuária local.” Ainda, seguindo Cunha e Chaves (2002), o nome Armação deriva do fato de que entre os anos de 1720 e 1768, funcionou na península a “Armação das Baleias dos Búzios”, estrutura na qual era feito o processamento e beneficiamento dos produtos obtidos a partir da caça dos cetáceos. Os pescadores remanescentes desta atividade acabaram por formar um povoado.

A construção do território buziano coincide com a presença e o desaparecimento dos povos indígenas (Tupinambás) na região. Todavia, os estudos arqueológicos e históricos dão conta da presença de uma sociedade que antecedeu os povos Tupinambás. Habitantes que ocuparam partes do litoral brasileiro há pelo menos sete mil anos, sendo assim anteriores aos povos indígenas, considerados então as primeiras sociedades pré-históricas litorâneas do país, os Sambaqueiros. A palavra sambaqui tem raiz etimológica no tupi-guarani, significando depósito de conchas. Tal



sociedade deixou vestígios de sua presença em inúmeros locais da costa do estado do Rio de Janeiro em especial, da região dos lagos (Imagem 2).

Imagem 2: Localização de sítios arqueológicos com vestígios dos povos sambaqueiros no Brasil



Fonte: Imagem adaptada a partir de Oliveira (2011); Silveira e Schaan (2005).

Antigas edificações estão formadas por conchas, fragmentos da fauna (ossos de mamíferos) e flora litorânea, equipamentos de pesca e até mesmo sepultamentos e obras de artes. Tais evidências (que hoje fazem parte de importantes sítios arqueológicos) são chamadas Sambaquis (SAMBAQUI SOCIEDADE REDESCOBERTA, 2020).

Provavelmente um dos sítios mais importantes da região (e um dos mais próximos a Búzios) está localizado em Cabo Frio (município ao qual Armação dos Búzios fazia parte, até sua emancipação em 1995), mais precisamente embaixo do maior Shopping da Região dos Lagos, o Shopping Park Lagos. As obras do shopping foram inúmeras vezes interrompidas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), pela Associação de Moradores do bairro (Palmeiras) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na tentativa de cancelar permanentemente o projeto pelos impactos ambientais e na preservação da memória local (MARTINEZ, 2022).

Depois de litígios judiciais infrutíferos, a única “vitória”, foi a condição do empreendimento em “deixar visível” o sítio. Mesmo com tal importante descoberta arqueológica, o único resquício da existência deste sítio pode ser visto a partir de placas de vidro (hoje sem qualquer aparente sinalização quanto ao significado das referidas escavações), em uma das “praças” do shopping, hoje conhecida como Praça Sambaqui (Imagem 3).



Imagem 3: Praça Sambaqui – Shopping Park Lagos



Fonte: PORTAL DA CIDADE (2021)

Maria Dulce Gaspar, Ângela Buarque, Jeanne Cordeiro e Eliana Escórcio, pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, no estudo intitulado “Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro”, no ano de 2007, nos permitem ter uma dimensão da complexidade dos povos Sambaquis que habitaram a região, a partir dos seus rituais funerários, considerados como centrais para as suas vidas sociais.

Alguns estudos arqueológicos afirmam que alguns sambaquis permaneceram ativos por milhares de anos. Segundo Gaspar *et al.* (2007), há datações que comprovam que por volta de 7 mil anos, o litoral começava a ser intensamente ocupado pelos Sambaquieiros. Ainda segundo Gaspar *et al.* (2007, p. 170, grifo nosso), “a principal atividade de subsistência dos sambaquieiros era a **pesca**, complementada pela coleta de **vegetais e moluscos (...)**”.

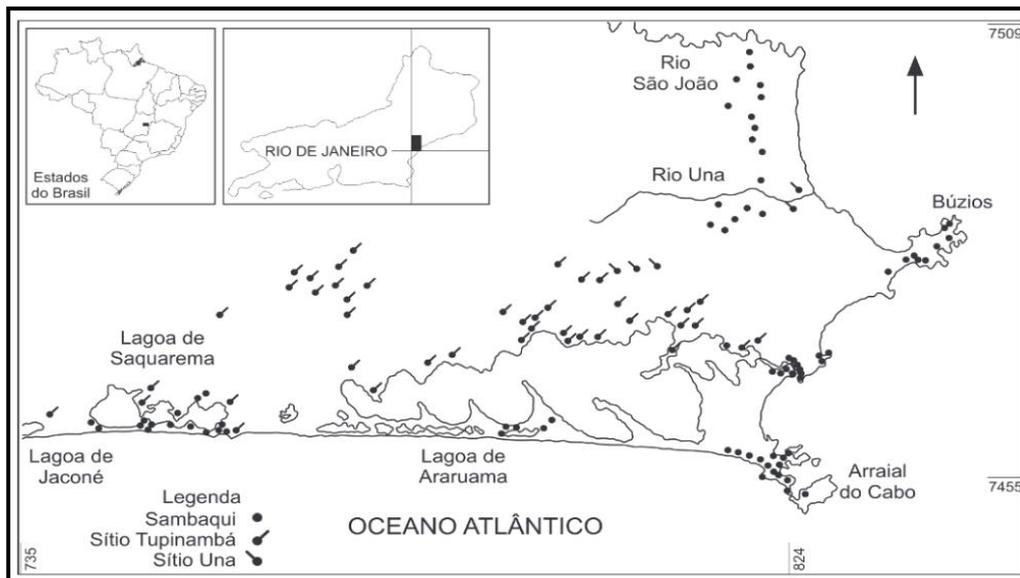
Em linhas gerais, a preocupação em compreender sobre sociedades antigas - e suas formas de organização - vai além de entender as mudanças que ocorrem nestes grupos, ou como tais alterações podem ou não vir a se repetir no presente ou futuro. Estes estudos também permitem que nossa sociedade perceba diferenças e similaridades biológicas, culturais e sociais entre diferentes povos em diferentes momentos da História (em diferentes territórios). Tais particularidades nos habilita, entre outras questões, à compreensão, aceitação e respeito das singularidades que nos perfazem seres humanos.

Segundo Guida (2021), nestes sítios foram encontrados inúmeros vestígios de atividade humana, incluindo artefatos líticos (feitos de pedra lascada ou polida), artefatos ósseos e de conchas,



fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de animais e de plantas. Estes vestígios permitem aos pesquisadores remontarem a história não somente dos povos Sambaquieiros, como também dos Tupinambá e Goitacá, como podemos observar na Imagem 4. Possivelmente os povos Sambaquieiros deixaram o litoral a partir da chegada e da permanência dos povos tupi-guarani por todo litoral brasileiro.

Imagem 4: Distribuição dos Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá na Região dos Lagos



Fonte: Gaspar *et al.* (2007, p.176)

O antropólogo João Pacheco de Oliveira afirma que tais habitantes perfaziam diferentes sociedades, complexas e estratificadas, com a presença inclusive de exércitos. Segundo a fala do Historiador e filósofo indígena Ailton Krenak, há estudos que apontam que o povo Guarani (a título de exemplo) habitava terras brasileiras há pelo menos 4 mil anos, tendo compreensão de si como povos e que mantinham relações com os povos andinos (principalmente os Aymara e os Quechua), reivindicando a posse de seu território (marcado com a cor vermelha, na Imagem 5). Krenak também afirma que o bioma encontrado pelos europeus, em seus primeiros contatos com terras brasileiras, a Mata Atlântica, é “o resultado de alguns milhares de anos de interação dos seres humanos que fizeram esse jardim.” Ou seja, a Mata Atlântica é um projeto bem sucedido de uma das maiores plantações de agroflorestal que se tem notícia (GUERRAS DO BRASIL.DOC, 2019).

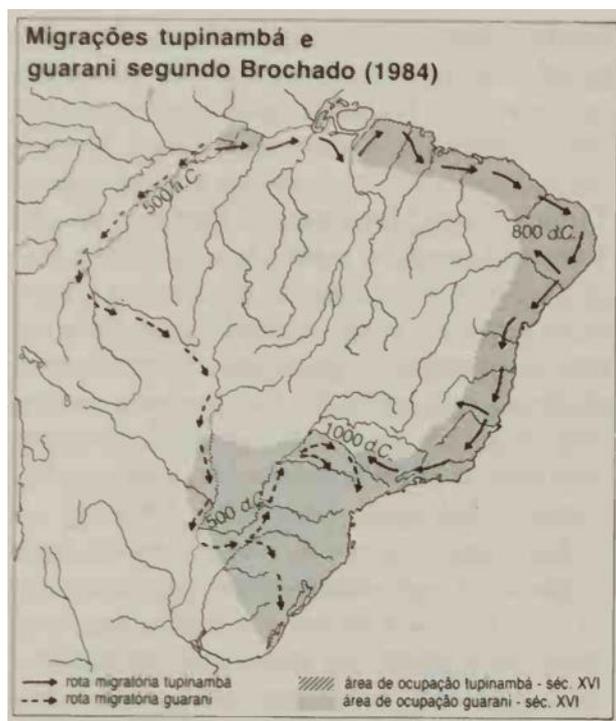
Ainda, segundo Krenak, diante desta riqueza de relações e apesar do estranhamento inicial dos povos originários, os europeus (ao chegarem nas praias do litoral brasileiro) foram admitidos como mais um povo, dentro daquelas relações já pré-estabelecidas com as diferentes etnias existentes. “E se os brancos tivessem educação, eles poderiam ter continuado vivendo no meio daqueles povos



e produzido outro tipo de experiência. Mas eles chegaram com a má intenção de assaltar essa terra e escravizar o povo que vivia aqui” (GUERRAS DO BRASIL.DOC, 2019).

No século XVI, o litoral fluminense ainda era densamente povoado pelos povos Tupinambás, que tinham por característica, serem uma população basicamente agrícola e ceramistas e que se comunicavam a partir do tronco linguístico Tupi. Gaspar *et.al* (2007) explicam que há diversas hipóteses que procuram explicar a origem deste grupo, todavia a mais aceita pelos historiadores é que tal grupo teve sua origem na região amazônica e se deslocou, ao longo do tempo, por todo litoral brasileiro, como podemos observar na Imagem 5 (GASPAR *et al.*, 2007).

Imagem 5: Migrações indígenas



Fonte: CUNHA (2012 p. 384).

Segundo Cunha; Chaves (2002), os Tupinambás tinham por preferência a construção de suas aldeias próximos a rios e lagos, a fim de garantir o abastecimento de água potável. Eram profundos conhecedores da Mata Atlântica, o que propiciou a domesticação de espécies botânicas, destacando-se a **mandioca, o feijão, o milho** e o algodão.

Os restos arqueológicos das aldeias e acampamentos Tupinambás se caracterizaram pela presença de artefatos de cerâmica, além de evidenciarem que estes povos eram “exímios caçadores e pescadores, sendo que o **peixe** constituía a base alimentar indígena” (CUNHA; CHAVES, 2002, p. 22 [grifo nosso]).



3 A INVASÃO EUROPEIA NO SÉCULO XVI E SEUS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO LOCAL

As primeiras décadas de 1500 (durante o processo inicial da invasão portuguesa na região) foram caracterizadas pela exploração e tráfico do pau-brasil. Contudo, a invasão europeia não foi estabelecida exclusivamente pela presença lusitana. A parceria entre Tupinambás e corsários franceses (grupos paramilitares que agiam como “piratas” com anuência da monarquia francesa), estabelecida em uma colônia francesa na região da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, desestabilizou a colonização portuguesa em toda região. Esta colônia se chamaria França Antártica e seria uma das influências para um ano mais tarde, em 1555, ser criada a Confederação dos Tamoios³.

Na língua dos Tupinambás “*Tamuya*” quer dizer “o avô, o mais antigo”, por isso recebeu o nome de Confederação dos *Tamuya*, que os portugueses transformaram em Confederação dos Tamoios (SANTANA, 2020). Tal parceria proporcionou, entre outras coisas, o acesso dos indígenas a armamento moderno europeu, que culminou numa organização contra o domínio da Capitania portuguesa de São Vicente (Rio de Janeiro).

Segundo Cunha; Chaves (2002), com a divisão de terras litorâneas em capitanias hereditárias⁴, a região ficou sob o domínio da Capitania de São Vicente, sendo governada de 1534 até 1567 pelo militar português Martim Afonso de Sousa. Todavia, Sousa não chegou a “dominar” a região, pois o local passou a ser palco de sucessivas incursões francesas objetivando o tráfico de pau brasil com o apoio dos povos tradicionais locais - os Tupinambás.

Segundo relatos históricos encontrados no site da Prefeitura de Cabo Frio (2021), apesar da aparente resistência, com a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, foi somente com a chegada das tropas do militar português Estácio de Sá (que viria a ser o primeiro governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro no período colonial) que os Tupinambás foram derrotados.

Uma década mais tarde (1575), aconteceria a chamada “Guerra de Cabo Frio”, cujo objetivo era assassinar as últimas lideranças remanescentes da Confederação de Tamoios. Quarenta anos após o extermínio da população indígena na região (em 1615), o então governador do Rio de Janeiro, Constantino de Menelau continuou a pilhagem portuguesa no país, associando-se secretamente com os ingleses, a fim de dar continuidade ao roubo de pau brasil. Para facilitar militarmente as operações na região, Menelau construiu uma “fortaleza-feitoria” junto ao ponto de Araruama. Ao final do mesmo ano, recebeu ordens do então rei espanhol Filipe II (que também comandava Portugal) para não somente permanecer na região, como também estabelecer um povoado. Importante salientar que

³ Coalizão de diferentes coletivos tupi da costa quinhentista que pôs em risco a colonização portuguesa, tendo como pano de fundo a disputa entre franceses e portugueses pela região da Guanabara, hoje Rio de Janeiro (PERRONE-MOISÉS; SZTUTMAN, 2010).

⁴ Unidade administrativa do Brasil colonial sob o comando de um capitão-mor; as terras eram doadas a indivíduos da nobreza portuguesa que ficavam responsáveis pela defesa e colonização da região; não podiam ser vendidas e eram transmissíveis apenas por herança (CAPITANIA HEREDITÁRIA, [s.d.]).



neste período o reino de Portugal esteve sob o domínio espanhol, por conta da morte do rei português Dom Sebastião que não possuía herdeiros. Esse período ficou conhecido como União Ibérica (GONÇALVES, 2020).

Os dois eventos, a fundação do Rio de Janeiro e a Guerra de Cabo Frio, marcaram o fim da vida indígena na região. Com grande parte da população assassinada nos conflitos, os poucos remanescentes fugiram para outras regiões, como aponta Fernandes (2017):

Em 1575, os Tamoios atacaram alguns engenhos próximos do Rio de Janeiro. O português Antônio Salema (então Governador do Rio) articulou um destacamento de 400 homens, empreendendo marcha acompanhados de 700 dos seus aliados indígenas Temiminós⁵ em direção a Cabo Frio. Naquela ocasião, muitos dos franceses desertaram, deixando os Tamoios à própria sorte. Após sangrentos embates, os Tamoios foram vencidos. Salema chegou a matar mais de 2 mil índios e escravizar mais de 4 mil deles. Outros números apontam para uma quantidade incontável de mortos e cifras de 8 a 10 mil Tamoios escravizados. Salema dividiu as famílias indígenas, enviando uns para São Vicente e outros para o Rio de Janeiro. No final do século XVI, um português chamado Jácome Monteiro observou que os Tamoios de Cabo Frio tinham sido de tal modo dizimados que já não havia notícias deles. Pouco tempo antes, uma última investida dos portugueses resultou na morte de 10 mil Tamoios, levando outros 20 mil à escravidão. Eis os processos que conformaram as bases do empreendimento colonial português e a origem de sua mão de obra mais barata e preciosa, tendo como exemplo, a Guerra de Cabo Frio (FERNANDES, 2017).

“Em 13 de novembro de 1615, com a ajuda de quatrocentos homens brancos e índios catequizados, levantou a Fortaleza de Santo Inácio e fundou a cidade de Santa Helena do Cabo Frio, a sétima mais antiga do Brasil” (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2021). Entre 1616 e 1623, o capitão-mor de Cabo Frio (Estevão Gomes) doou quase todas as terras continentais **propícias à pecuária ou à agricultura** para alguns poucos indivíduos ou ordenações religiosas do Rio de Janeiro (Jesuítas)” (WERNECK, 2021, [grifo nosso]).

Após as guerras locais que levaram ao assassinato de praticamente toda a população indígena, a Coroa Portuguesa precisava ocupar a região. Tal ocupação e controle se deu a partir das ações de cunho religioso da Companhia de Jesus (liderada pelo padre Manuel da Nóbrega) para a conversão (e controle) dos indígenas que haviam sobrevivido aos conflitos. Aqueles que se recusavam a se converterem, eram escravizados ou mortos. Os historiadores Engemann; Amantino (2010) defendem que os jesuítas se estabeleceram em grande parte da área que hoje é conhecida como Região dos Lagos. Vale notar que a então região tinha sua importância para a Coroa por sua posição geográfica

⁵ Os Temiminó, (“*Temiminó*” é oriundo do tupi antigo *temiminõ*, que significa "descendente"), foram uma etnia Tupi que habitou a Ilha do Governador, São Cristóvão, Niterói e o sul do atual estado do Espírito Santo, no Brasil, no século XVI. Inimigos tradicionais dos seus vizinhos, os Tupinambá (...) que os chamavam pejorativamente os *Temiminó de Maracajás*, que uma tradução literal significa “gatos-do-mato”. Os Temiminós aliaram-se aos portugueses contra os franceses (aliados dos Tupinambás). Um dos principais centros territoriais dos temininós foi a atual ilha do Governador, na época, chamada Isle Belle (“ilha bela”) pelos franceses, Paranapuã (“mar redondo”) pelos Tupis e Ilha do Gato pelos portugueses. Uma outra região ocupada pelos Temiminó foi o sul do atual estado do Espírito Santo (PAGANO, 2020).



estratégica para embarque e desembarque de cunho escravocrata. Como vimos, a região antes da invasão portuguesa era ocupada por grupos indígenas tupinambás “[...] hostis ao projeto colonial português e que comercializavam com os inimigos da Coroa” (os franceses). Para Engemann; Amantino (2010, p. 3-4), a meta era estabelecer povoados (na sesmária do aldeamento de São Pedro do Cabo Frio e mais duas localizadas em Iguna e na Ponta de Búzios) objetivando “desbaratar os contatos travados entre os estrangeiros e os indígenas” e criar infraestrutura suficiente para estabelecer a ocupação jesuítica na região. “[...] com mão de obra escravizada, que possuíam exploração madeireira, produção pecuária e agrícola com escoamento para o município do Rio de Janeiro”. Por isso os Jesuítas investiram na construção de fazendas, em especial a Fazenda Campos Novos, como mostra Werneck (2021).

A mando dos Jesuítas, os indígenas remanescentes ainda instalaram um curral e passaram a criar gado no entorno da lagoa de Geribá (Búzios) e de seus ranchos de pesca junto ao porto. A partir de 1660, a recém formada Câmara Municipal de Cabo Frio incentivou a compra de escravos⁶ africanos ao liberar a comercialização do sal natural da lagoa de Araruama e promover o arrendamento temporário de várias praias da região para negociantes de pescaria de arrasto, inclusive na ponta dos Búzios, como Geribá e Marimbondo (atual Ossos), apesar dos protestos dos Jesuítas que consideraram uma interferência abusiva no seu domínio territorial (WERNECK, 2021).

Em 1630 os Jesuítas se estabeleceram na Região dos Lagos, recebendo uma área destinada a construção de uma fazenda como sesmária⁷. Muitas queimadas foram praticadas para facilitar a derrubada da mata nativa e dar lugar a gramíneas que serviriam de pastagem (a propriedade chegou a ter 1.500 cabeças de gado à época) e a chamaram-na de Campos Novos para diferenciá-la da fazenda de Campos dos Goitacazes (MOURA; MOREIRA, 2020). Segundo Correa *et al.* (2020, p. 26), a criação da Fazenda Campos Novos foi uma tentativa dos portugueses em controlar a região, “combatendo a presença dos povos originários Tupinambás e de outras nações europeias colonizadoras. A área da fazenda tinha grande extensão de terras, que ia de Cabo Frio até as bandas de Macaé”.

Para Amantino; Cardoso (2013), a disposição das fazendas, engenhos e aldeamentos da Companhia de Jesus não foi aleatória, como podemos observar na Imagem 6. A proximidade entre tais empreendimentos tinha por objetivo uma melhor articulação para o controle mais eficiente da

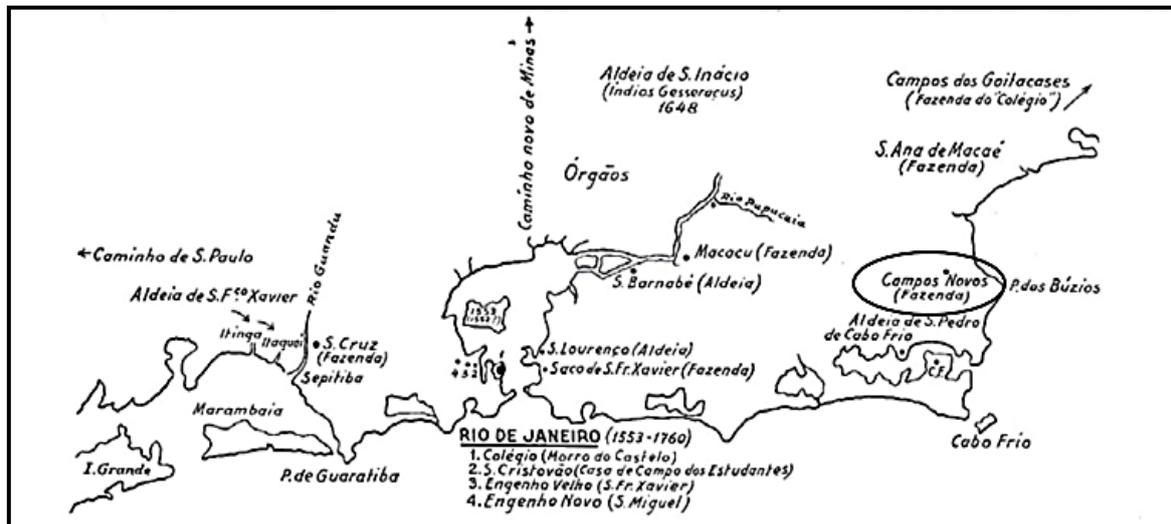
⁶ De fato, a identidade que construímos – o escravo – nunca existiu, senão num léxico que olhava para os africanos como passivos e desprovidos de subjetividade. Os movimentos anticoloniais, as lutas dos movimentos sociais negros no pós-abolição resistiram a essa identificação construída por uma história branca, baseada no dispositivo da branquitude. Os africanos que vieram para o Brasil eram pessoas, reis, rainhas, camponeses, homens e mulheres escravizados contra a sua vontade. Escravo é, portanto, a produção de uma identidade fixa. Escravizado é uma contingência cruel da vida de uma pessoa, logo, histórica. Abordar em sala de aula o modo como nossa linguagem constitui os objetos de que se ocupa é central, também, na luta antirracista (DORNELES; PEREIRA, 2020)

⁷ Sesmarias eram terras demarcadas pela Coroa Portuguesa, que objetivava o avanço do processo de ocupação do território brasileiro. O sistema perdurou de 1530 até 1822.



região. “Suas enormes extensões de terras ajudaram a formar uma barreira contra as invasões dos indígenas e suas atividades comerciais ajudaram a cimentar e desenvolver vínculos econômicos e comerciais com outros centros” (AMANTINO; CARDOSO, 2013, p. 49).

Imagem 6: Localização das fazendas, engenhos e aldeamentos jesuíticos na capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI-XVIII



Fonte: Amantino; Cardoso (2013, p.49)

Os Jesuítas, em suas petições às autoridades, alegavam sempre precisar de terras para estabelecer aldeamentos e pacificar os indígenas permitindo assim, que novos colonos pudessem se estabelecer na região e gerar lucros para a coroa. Os pedidos e os recebimentos de terras eram justificados como sendo a única forma possível de conseguir manter o projeto catequético nas Américas. Depois de estabelecidas as condições propícias, os inicianos erguiam suas fazendas. Desta forma, os Jesuítas recebiam quase sempre sesmarias em áreas habitadas por numerosos contingentes de indígenas e que deveriam ser desbravadas. “De maneira concomitante à doação das sesmarias, seguia-se um amplo trabalho de aldeamento de tribos amistosas e a formação de uma mão-de-obra capaz de produzir alimentos para o Colégio (Companhia de Jesus), para os aldeamentos e para a venda local ou externa” (AMANTINO; CARDOSO, 2013, p. 49-50).

Silva (1990) se propôs a explicar as crises de fome em Salvador e no Rio de Janeiro entre 1680 e 1780. O estudo constatou que entre as fazendas de maior produção alimentar da capitania do Rio de Janeiro estavam localizadas em Cabo Frio (Campos Novos), sendo um dos maiores produtores de **mandioca** (e sua farinha) assim com **peixe seco e salgado**. Tal produção abastecia não somente a região como também a cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 1990).

Segundo Cunha; Chaves (2002), as crescentes descobertas de ouro em Minas Gerais, no início do século XVIII, provocou um imenso deslocamento populacional, transformando a vida dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, por onde era escoada toda produção aurífera com destino a



Portugal. Neste mesmo período, a Fazenda Campos Novos expandia a criação de gado de corte e **plantações de mandioca** para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Com a decadência comercial do pau brasil, em 1720, o governo colonial escolheu a região de Búzios para sediar “a segunda armação de baleias e manufatura de óleo do território fluminense” (CUNHA; CHAVES, 2002, p. 32 [grifo nosso]), com objetivos de iluminar tanto cidades brasileiras quanto europeias. Contudo, o óleo para iluminação (que ficava na superfície, após o derretimento da gordura do animal) era apenas um dos subprodutos obtidos.

[...] uma parte mais grossa que acumulava no fundo (borra) misturada com cal e areia, formava uma espécie de argamassa utilizada nas construções. A carne e os ossos eram transformados numa farinha para adubo, as barbatanas eram utilizadas na confecção de acessórios para as saias e espartilhos, usados pelas mulheres do século XVIII, mas o produto mais lucrativo era o âmbar, retirado da cabeça das baleias para fazer o espermacete, uma cera utilizada na confecção de velas, usadas em grande quantidade, principalmente pelas igrejas [...] (FERNANDES, 2022, p. 39).

Nessa época foi construída na Praia do Porto (Praia da Armação), uma “grande fábrica com as fornalhas para queimar gordura e tanques para armazenar óleo, a casa-grande dos administradores, a senzala e a capela de Sant’Anna” (AMARAL, 2013). Cunha; Chaves (2002) relatam que fora Brás de Pina, um rico empresário português, o responsável pelas melhorias na Praia do Porto, incluindo a construção da Capela de Sant’Anna.

A temporada da caça as baleias (na Ponta de Búzios) começava em julho e terminava em setembro, período em que, ainda hoje, as baleias jubartes e francas, migram para águas mais quentes e essas se abrigam nas enseadas para procriar. [...] Os gêneros de primeiras necessidades fornecidos à armação [...] eram a **carne-seca, o charque, a farinha de mandioca, o sal** e o fumo. A carne-seca, base da alimentação cotidiana de escravos e baleeiros e a farinha provinha do mercado interno [...] o sal importado de Portugal era distribuído pelo Rio de Janeiro a armações [...]. Destinava-se à salga dos peixes, a fins medicinais e a batizados. [...]. Entre os produtos citados, **a carne seca ou charque** era o único produto importado do Rio de Janeiro, os demais já eram produzidos na região (FERNANDES, 2022, p. 65–66, [grifo nosso]).

Com o fim da temporada de “caça” às baleias (e a dispensa temporária de parte dos pescadores que trabalhavam para Brás de Pina), algumas famílias de pescadores acabaram se instalando nos terrenos próximos a armação, formando o “arraial de Búzios”. O empreendimento de caça de cetáceos se manteve por um breve período, pois a crescente atividade fora gradativamente causando a extinção das espécies presentes, levando a falência da operação.

Já no século XIX, com o fim da atividade baleeira no local, desaparece o nome original do território (Armação das Baleias dos Búzios), permanecendo Armação dos Búzios. O território até sua emancipação em 1995, fazia parte da então cidade de Santa Helena do Cabo Frio, a sétima mais antiga do Brasil.



Desde o fechamento da Armação de Baleias em 1768 até a Independência do Brasil em 1822, a ponta dos Búzios e seu entorno viram florescer muitas pequenas plantações e manufaturas de anil e **cochonilha**, respectivamente, **corantes de origem vegetal e animal**, embora todas acabassem falindo por causa da contínua adulteração desses produtos com misturas, realizada pelos gananciosos fabricantes. Na vizinhança da praia dos Ossos, o “Arraial d'Armação” consolidou-se como o **centro precursor da cultura caiçara regional, baseado nas roças de subsistência, casas de farinha de mandioca, pequenas criações domésticas e pescarias de arrasto**.[...] a fazenda seiscentista da Ordem Beneditina, cuja sede ficava na Bahia Formosa, continuava criando **gado de corte** e enviando boiadas regulares para abastecimento do açougue carioca desses religiosos (CUNHA; CHAVES, 2002, p. 35 [grifo nosso])

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, pelo Marquês de Pombal, incluindo a região em questão, fora instaurado um processo de inventário e avaliação, a fim de determinar quanto a Coroa poderia auferir com a venda da Fazenda Campos Novos em leilão. Engemann; Amantino (2010) afirmam que naquele ano havia 188 escravizados na Fazenda Campos Novos.

Esse período é um embrião para refletir sobre a grilagem de terras nessa região diante da falta de documentos sobre a propriedade jurídica da Fazenda Campos Novo, que levou a organização de trabalhadores rurais séculos depois na luta pela terra.

4 A PEQUENA ÁFRICA: A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Segundo uma das principais lideranças quilombolas da região, Carivaldina Oliveira da Costa (Dona Uia⁸), os escravizados africanos que chegavam na região de Búzios, primeiro perdiam seus nomes, sendo “rebatizados” na igreja de Sant’Anna (Imagem 10). Perder seu nome é perder seus laços com suas origens, com seu passado, com seu povo e sua história. Esse era o primeiro passo que o regime escravocrata promovia para o processo de destruição da cultura e pertencimento dos povos africanos no Brasil. O sequestro, as condições grotescas de transportes dos escravizados (que, por vezes, não sobreviviam ao duro trajeto marítimo intercontinental) e a culminância da perda de seus nomes são as marcas iniciais da diáspora africana. Para além dos registros escritos, a história destes povos sequestrados de diferentes partes do continente africano (Imagem 10), fora profundamente enterrada em fazendas como a de Cams Novos (QUILOMBOLAS DE BÚZIOS E SUAS MEMÓRIAS, 2015). Segundo Gomes; e Silva (2019), entre os séculos XVI e XIX, 12,5 milhões de pessoas foram sequestradas no continente africano. Destes, somente 10,5 milhões de pessoas sobreviveram a viagem.

⁸ Quando um griô de uma comunidade tradicional morre, é como se uma biblioteca queimasse por inteiro e viesse abaixo. O termo griô vem da África Ocidental e se refere aos indivíduos que na tradição oral preservam e transmitem a memória, as histórias, as canções, mitos e outros elementos que definem a cultura de um povo, geralmente de descendência africana ou indígena. No Quilombo da Rasa, em Búzios (RJ), uma dessas bibliotecas vivas era Carivaldina de Oliveira Costa, 78, a tia Uia, neta de ex-escravizados, que faleceu dia 10 de junho de 2020, vítima da COVID-19 (2020a).



Outro quilombola, Pastor Luiz afirma, no documento *Quilombolas de Búzios e suas memórias* (2015), que fazendeiros do século XIX na região enriqueceram com o comércio de escravizados, e lembra que muitos escravizados foram assassinados nas principais fazendas da região, principalmente na Fazenda Campos Novos (mesmo após a abolição em 1888). Luiz lembra que para além de outros cultivos, Campos Novos era uma das maiores produtoras de **Farinha de Mandioca** do país, abastecendo os maiores municípios da Região dos Lagos e a cidade do Rio de Janeiro. Pastor Luiz afirma ainda que “os negros deram suas vidas, seu sangue na produção desses alimentos, agora é a hora do governo dar sua contribuição. Destinando terras para que as comunidades quilombolas possam resgatar sua cultura” (*QUILOMBOLAS DE BÚZIOS E SUAS MEMÓRIAS*, 2015).

Em 1826, foi assinado um tratado entre Inglaterra e Brasil considerando o tráfico de pessoas dos países africanos para o Brasil como uma atividade de pirataria. Porém, havia uma conivência das autoridades quanto a manutenção do tráfico humano, pois estas atividades possibilitavam “a formação de patrimônios consideráveis e abriram caminho para a projeção social de muitos que formaram a nobreza do Império Brasileiro” (ACCIOLI, 2010, p. 8).

Cinco anos depois, D. Pedro I promulgava a Lei Feijó de 1831, que proibia a prática de traficantes de escravizados no país. Todavia, comerciantes portugueses, que atuavam no Rio de Janeiro, viram na atividade do tráfico uma oportunidade de enriquecimento na região de Búzios. Segundo Accioli (2010), no trabalho intitulado *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*, um dos traficantes mais conhecidos da região era José Gonçalves da Silva.

Gonçalves acumulou muita riqueza com o tráfico de escravizados na região de Búzios. E, mesmo diante da proibição da Coroa, a partir da Lei Eusébio de Queirós (1850) que decretava a abolição do tráfico, “possuía lojas nesta cidade e o Almanaque Administrativo, de 1852, registrou José Gonçalves como fazendeiro de **café**, também aparecendo na lista de lavradores e criadores, nesta mesma localidade” (ACCIOLI, 2010, p. 54). Soares (2021) afirma que as propriedades de José Gonçalves era uma das frações de terras desmembradas da antiga Fazenda Campos Novos. “A ininterrupta fragmentação deu origem a diversas fazendas menores que dão nome a bairros, ruas ou localidades atualmente, a exemplo de Angelim, Araçá e Fazendinha.”

Com a proibição do tráfico de escravizados, os **cafezais** entram em toda a Baixada Litorânea, inclusive na Fazenda Campos Novos. “Montaram estruturas que iam desde barracões, geralmente próximos das praias, até fazendas, que eram de fundamental importância como fornecedoras de produtos usados no comércio clandestino a caminhos na rota de desembarque” (ACCIOLI, 2010, p. 117). Ainda, segundo Accioli (2010), a Fazenda Campos Novos era uma das maiores da região e durante o período escravocrata foi a propriedade que mais havia recebido escravizados, em toda a região. Por ter passado por um processo irregular de apropriação após a expulsão dos jesuítas da



localidade, se tornou uma das maiores propriedades da região, englobando áreas de atuais municípios da Região dos Lagos, incluindo a área de Armação dos Búzios.

Por volta de 1860, Búzios era uma região propícia para o desembarque marítimo pela localização estratégica, representando um dos pontos de maior intensidade do tráfico humano na costa brasileira no século XIX. Contudo, desde o ano de 1845, a propriedade, em termos econômicos, declinava. Apesar da decadência, era o estabelecimento rural mais importante de Cabo Frio, a fazenda já havia hospedado personalidades como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1818), Charles Darwin (1832) e até mesmo o imperador D. Pedro II (1847) (MOURA; MOREIRA, 2020, p. 153).

Apesar de ter sido fragmentada ao longo dos anos, a Campos Novos, em 1880, ainda tinha como principal proprietário o padre Joaquim Gonçalves Porto, escravocrata que mantinha cultivos de **café, feijão, milho e mandioca** (a propriedade possuía **uma casa de farinha** que produzia e abastecia o mercado regional). Sua morte em 1887 fragmentou ainda mais a prosperidade da fazenda. “As várias propriedades, surgidas a partir de Campos Novos, como Tauá, Piraúna, Porto Velho, São Jacinto, Araçá, Angelin e outras menores forneciam **banana, feijão, milho, produziam farinha de mandioca e doces**, entre outros produtos. (ACCIOLI, 2010, p. 30).” Com a abolição da Escravidão em 1888, e a falta da mão de obra a área cultivável da fazenda passou a ser utilizada como pasto para o **gado**.

Com o fim da escravidão legalizada no Brasil em 1888, a região da Fazenda Campos Novos contou com a permanência de muitos trabalhadores e trabalhadoras negras em condições de subalternização. Em troca do uso da terra para subsistência, muitas famílias que foram escravizadas seguiram lá, oferecendo trabalho não remunerado nas plantações de fazendeiros, sem garantir sua própria posse da terra. Nesse sentido, o trabalho escravizado se transfigura em trabalho para os fazendeiros em troca do direito à moradia e ao plantio de alimentos (CORREA *et al.*, 2020, p. 27-28).

Segundo Cunha; Chaves (2002), a partir da libertação dos escravizados e simultânea abertura de grandes senzalas (e estabelecimentos rurais) da região, incluindo a fazenda Campos Novos, houve uma apropriação de terras devolutas por alguns grupos africanos. Um grupo em particular, sob a liderança de Avelino Ziloeiro (príncipe angolano) foi ao encontro dos últimos quilombolas da região, fundando a pequena África no bairro da Rasa (CUNHA; CHAVES, 2002, p. 46).

Na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico intercontinental, as lavouras de Cabo Frio continuaram abastecendo o mercado consumidor da Corte mas, no final do século, já existia uma certa decadência da produção agrícola e a substituição das lavouras pelos pastos. Com a abolição da escravidão, a população negra continuou trabalhando nas fazendas. Muitos trabalhavam semeando grama para formação dos pastos. Essa massa populacional deu origem ao campesinato negro que “pagando dia para morar” permaneceu, entre outras, nas terras da Rasa, de Campos Novos, do Jenipapo, do Gargoá, Botafogo, Caveira, Trimumu e Tucuns (ACCIOLI, 2010, p. 47).



Segundo o historiador Alencastro, para além da abolição, havia sim uma segunda importante pauta na década de 1880, que poderia ter impactado profundamente nas perspectivas de inserção social dos escravizados no Brasil: a Reforma Agrária (ROSSI, 2018).

Por isso, outros libertos, não aquilombados, a partir da falta de qualquer perspectiva de inserção na sociedade, se viram obrigados a voltar a trabalhar na mesma fazenda que outrora eram escravizados. Voltaram para a lavoura, produzindo principalmente **mandioca**. Embora juridicamente não eram mais escravizados, as relações de trabalho continuavam as mesmas. A condição análoga à escravidão era chamada de “pagando dia para morar” (MOURA; MOREIRA, 2020, p.157, [grifo nosso]). A população quilombola da Rasa está localizada no bairro de mesmo nome. Sendo hoje o maior bairro do município, periférico e predominante de população negra e nordestina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidencia, mediante a análise dos primeiros habitantes do território de Búzios, como a atuação de atores hegemônicos (europeus, jesuítas e latifundiários) engendraram uma relação degradante entre a sociedade e o espaço ocupado. As ramificações das ações históricas de deterioração cultural e ambiental produziram uma escassez notória nas estratégias de reprodução social e econômica dos seus habitantes, que se reflete na gradual atenuação da diversidade e cultura alimentar e na obsolescência das técnicas de produção e preservação. Tais repercussões são ainda palpáveis nos dias de hoje, na medida em que se observa não somente uma desconexão da História (e cultura) da comunidade local com seu presente, mas também na ausência de áreas rurais produtivas nos limites político-administrativos de Búzios e, conseqüentemente, na inexistência de qualquer ação voltada tanto para a diversificação produtiva quanto no apoio à agricultura familiar.

Tal fato demonstra a capacidade de tais atores hegemônicos em fazer uso do território a partir de seus interesses sem que haja qualquer compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Outrora como a economia local tinha por parâmetro de riqueza a produção agrícola, a população fora escravizada e subalternizada com essa intenção. Atualmente, com a exploração focada na mercantilização da paisagem, a partir da precarização do trabalho no setor de turismo de veraneio local, surgem novas formas de exploração e segregação, mesmo que isso implique na perda da soberania alimentar do município. Contudo este artigo mostra, ao longo do contexto histórico, que mesmo com a atuação dos atores hegemônicos, houve estratégias de resistência dos povos subalternizados que resultaram na existência de fragmentos da cultura alimentar seja nas raízes e tubérculos seja nos pescados.



REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, N. T. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira**: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. 2010. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/jose-goncalves-silva-nacao-brasileira-trafico-ilegal//nilma_accioli_pnap.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- AMANTINO, M.; CARDOSO, V. M. A fazenda jesuítica da Papucaia, Rio de Janeiro, século XVIII. In.: **Antigos jesuítas en Iberoamérica**, v. 1, n. 1, p. 44–66, 29 jul. 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5576251>>. Acesso em: 11 out. 2020.
- AMARAL, R. **Costa do Perú**: história, glamour e charme. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- CAPITANIA HEREDITÁRIA. In.: **Dicionário**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/capitania-hereditaria/>>. Acesso em: 4 out. 2021.
- CORREA, G. et al. **Os conflitos por terra e território do Quilombo de Baía Formosa**: contribuições da geografia na luta contra o complexo turístico-imobiliário Aretê em Armação dos Búzios-RJ. v. 54, p. 22–68. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1861>> Acesso em: 1 out. 2020.
- CUNHA, M. W. DA; CHAVES, C. P. **Armação dos Búzios**. Petrópolis: Viana & Mosley Ed., 2002.
- CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- DORNELES, M. DA S.; PEREIRA, D. E N. **Escravo, não. Escravizado**. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2020/03/escravo-nao-escravizado-por-mauricio-da-silva-dorneles-e-nilton-mullet-pereira/>>. Acesso em: 21 set. 2022.
- ENGEMANN, C.; AMANTINO, M. A fazenda de Campos Novos e sua história – séculos XVII e XVIII. In.: **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio**, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191032_ARQUIVO_Fazenda+de+Campos+Novos.pdf> Acesso em: 9 mar. 2022.
- FERNANDES, F. R. **Guerra de Cabo Frio**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-cabo-frio/>>. Acesso em: 5 maio. 2022.
- FERNANDES, R. **Búzios - da Armação à Emancipação (1740-1995)**. Foco Letras, 2022.
- GASPAR, M. D. *et al.* Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 169–189, 3 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89772/92573>>. Acesso em: 25 set. 2022.
- GOMES, L.; SILVA, A. DA C. E. **Escravidão**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GONÇALVES, J. Dom Sebastião: o rei morto no século 16 que “reapareceu” junto a fanatismo, política e sangue em Pernambuco. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-51452807>>. Acesso em: 22 set. 2021.
- GUERRAS DO BRASIL. **Documentário**, 2019. Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/81091385>>. Acesso em: 05 jul. 2002.



GUIDA, V. **Você sabe o que é um sambaqui?** 2021. Disponível em: <<https://arqueologiaeprehistoria.com/2021/03/29/voce-sabe-o-que-e-um-sambaqui/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades. Armação dos Búzios:** IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/armacao-dos-buzios/panorama>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MARTINEZ, N. **Cidade.** Documento III - Shopping Park Lagos by NS Martinez - Issuu. 2022. Disponível em: <https://issuu.com/revcidade/docs/cidade_documento_iii_-_shopping_park_lagos> Acesso em: 14 nov. 2021.

MOURA, J. F. DE; MOREIRA, L. G. S. **História de Cabo Frio:** dos sambaqueiros aos cabo-frienses (c.3.720 a.C. - 2000). Cabo Frio: Sophia, 2020.

OLIVEIRA, R. D. A. **Memórias da ocupação indígena no estado do Rio de Janeiro:** um estudo de caso do museu de arqueologia Sambaqui da Tarioba, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12319/Diss286.pdf?sequence=1&isAllowed=y/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

PAGANO, L. Povos Indígenas Brasileiros: Temiminós. In.: **Povos Indígenas Brasileiros**, 6 jul. 2020. Disponível em: <<https://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2020/07/temiminos.html>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

PERRONE-MOISÉS, B.; SZTUTMAN, R. **Notícias de uma certa Confederação Tamoio.** Mana, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf>. >. Acesso em: 3 mar. 2022.

PORTAL DA CIDADE, P. DA. **Shopping Park Lagos promove atividades em prol da Semana do Meio Ambiente.** Disponível em: <<https://cabofrio.portaldacidade.com/noticias/educacao/shopping-park-lagos-promove-atividades-em-prol-da-semana-do-meio-ambiente-0014>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PREFEITURA DE CABO FRIO. **História de Cabo Frio.** Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2021. Disponível em: <<https://cabofrio.rj.gov.br/historia/>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

QUILOMBOLAS DE BÚZIOS E SUAS MEMÓRIAS. 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zUHMR-G-mlg>>. Acesso em: 7 maio. 2022

ROSSI, A. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. **BBC News Brasil**, 2018.

SAMBAQUI SOCIEDADE REDESCOBERTA. 3 out. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1OkzNpaxnrA>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional.** [s.l: s.n.].

SANTANA, E. **Confederação dos Tamoios.** Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/confederacao-dos-tamoios>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SILVA, F. C. T. D. **A morfologia da escassez:** crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.



SILVEIRA, M. I. DA; SCHAAN, D. P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, v. 18, n. 1, p. 67–79, 30 dez. 2005.

SOARES, P. A. **Território Quilombola**: formas de r-existência territorial da comunidade de remanescentes do Quilombo da Baía Formosa. Mestrado (Mestre em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WERNECK, M. Armação dos Búzios. **Geografia II**. Disponível em: <<https://acervomarciowerneck.com.br/artigos/buzios/armacao-dos-buzios-geografia-2>>. Acesso em: 17 set. 2022.

WERNECK, M. **História de Armação dos Búzios**. Disponível em: <<https://www.acervomarciowerneck.com.br/artigos/buzios/historia-de-armacao-dos-buzios>>. Acesso em: 4 out. 2021.